

O QUE FIZEMOS COM A NOSSA LIBERDADE?

MEIO SÉCULO DA CONSTITUIÇÃO DE 1976

Quando há 50 anos a Constituição da República Portuguesa (CRP) entrou plenamente em vigor, ela possuía a característica fundamental de um novo contrato social para a nação portuguesa: trazia uma luz própria que chegava como antevisão do futuro.

O desafio de um Portugal pós-imperial

A nova República Portuguesa tinha sido fundada por um golpe militar, rapidamente transformado numa revolução com todas as suas dimensões: políticas, sociais, económicas e culturais.

Que as Forças Armadas estão associadas a alterações de regime em Portugal, é uma realidade comum há mais de dois séculos, desde a Revolução liberal do Porto de agosto de 1820. Contudo, o 25 de abril de 1974 não foi apenas um golpe militar, foi a Revolução desencadeada por um exército de cidadãos, militares saídos da conscrição universal, do Serviço Militar Obrigatório (SMO) levado ao limite durante os treze anos de uma guerra que se estendeu a três frentes africanas, no último império colonial português.

O 25 de abril não surgiu apenas da vontade de conquistar as liberdades e os direitos democráticos. Irrompeu do desejo de paz, na recusa de prosseguir uma guerra virtualmente eterna contra povos que se pretendiam independentes e autónomos. O 25 de abril abraçou um desafio inédito desde 1415 (conquista de Ceuta): **romper com os 559 anos em que a história portuguesa se conjugou num registo binário: europeu e imperial**. Durante esse longuíssimo período, a continuidade e grandeza de Portugal esteve dependente da existência de territórios ultramarinos (primeiro na Ásia, depois nas Américas e, por último em África) que eram, ao mesmo tempo, fonte de riqueza material e retaguarda estratégica (como em 1648, com Salvador Correia de Sá na Guerra da Restauração e em 1807, com a fuga estratégica da Corte para o Brasil e a mudança da capital de Lisboa para o Rio de Janeiro).

Uma Constituição em entropia acelerada e dois erros estratégicos

Em 2026 é gritantemente visível que Portugal está a perder esse desafio existencial. A nossa Constituição de 1976 é cada vez mais um documento ficcional. Na esfera dos “direitos, liberdades e garantias”, a diferença entre o mundo real e a letra da Lei Fundamental é cada vez mais abissal. Alguns exemplos, numa enumeração longe de ser exaustiva: “Segurança no emprego” (artigo 53.º); “Direitos dos trabalhadores” (artigo 59.º); “Segurança Social” (artigo 63.º); “Saúde” (artigo 64.º); “Habitação” (artigo 65.º); “Deficiente” (artigo 71.º); “Terceira Idade” (artigo 72.º); “Ensino” (artigo 74.º) ...O problema consiste na incapacidade não apenas de assegurar uma cobertura universal qualificada para esses direitos fundamentais, mas na dificuldade em inverter o processo de degradação do que foi construído nas primeiras duas décadas depois do 25 de

abril. O que se passa todos os dias nos hospitais e nas escolas dispensa comentários suplementares.

Mas o mais grave é compreendermos as razões profundas desta agonia prolongada em que Portugal mergulhou, tão prolongada que todos nós já acionámos uma miríade de dispositivos adaptativos, de molde a nos permitirem uma gradual habituação e insensibilização a uma realidade que, se a tivéssemos sofrido de um só golpe, nos causaria uma violenta reação de revolta coletiva.

Como chegámos até aqui? A minha tese consiste em afirmar que os onze artigos preambulares da nossa CRP, nomeadamente, o artigo 2.º (“Estado de direito democrático”) e o artigo 7.º (“Relações Internacionais”) têm sido continuamente feridos no seu alcance por erros estratégicos cometidos ao longo dos últimos trinta anos por sucessivos governos e governantes. Perante encruzilhadas cruciais, com consequências estruturantes e duradouras para o nosso interesse nacional, esses governos e governantes fizeram a escolha errada, cujo impacto negativo se tem vindo a acumular e intensificar.

Neste momento da vida nacional, a democracia como expressão da soberania popular tornou-se residual, restringida a esferas de competência concretas, mas menores. Pelo contrário, nas questões de segurança e defesa nacional, nas questões vitais da política orçamental, monetária, económica e financeira, o poder soberano foi alienado para instituições desprovidas de escassa ou nula participação democrática e nacional, não só no processo de decisão, mas também mesmo numa eventual instância de monitorização e controlo. **Em poucas palavras: no Portugal hodierno, onde existe democracia, o poder real é mínimo, e onde o poder efetivo existem a democracia é exígua ou literalmente ausente.**

E isso aconteceu com o concurso e a decisão de líderes por nós eleitos. Não de uma só vez, não de um só partido, mas ao longo do tempo e envolvendo todos os partidos do arco da governação.

São duas as frentes onde Portugal errou e perdeu soberania, e com isso a qualidade de vida e os riscos para o país e os portugueses aumentaram de forma significativa. O primeiro erro foi cometido na construção da união económica e monetária (UEM) de que resultou o euro; o segundo erro prende-se com as relações internacionais e a política de defesa, que subordinou, como hoje é dolorosamente evidente, o futuro da União Europeia - com a cumplicidade da Alemanha e outros Estados-membros da EU - ao projeto norte-americano de expansão da NATO, em detrimento da paz mundial e sobretudo da paz europeia.

Portugal na base da cadeia alimentar da zona euro

A UEM do euro conduziu-nos à estagnação perpétua. Como expliquei detalhadamente em dois livros e muitas outras publicações nacionais e internacionais, uma verdadeira união monetária, precisa da base firme de uma Constituição política federal, votada pelos povos e eleitores europeus, capaz de legitimar tanto um orçamento europeu (no mínimo de 10 a 15% do PIB agregado) como a intervenção de um Banco Central Europeu com dupla missão (controlo da inflação e estabilidade sistémica da economia europeia)¹. Uma UEM

¹ SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *Portugal na Queda da Europa*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2014; SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *Depois da Queda. A União Europeia entre o Reerguer e a Fragmentação*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores,

duradoura precisa também de uma União Bancária (completamente ausente em 2008) que impeça a repetição da irresponsabilidade dos banqueiros e gestores responsáveis pela importação da crise do *sub-prime* americano para a Europa, transformando, depois, esse *crash* do sistema financeiro, causado por gestão criminosa, numa ficcional “crise das dívidas soberanas”. Essa ficção serviu para obrigar os povos a pagarem as contas dos danos e má conduta de gestores e banqueiros, abrigados na sombria inimputabilidade que lhes foi garantida pela proteção de governos cúmplices.

Portugal poderia continuar a pertencer à UE sem pertencer à UEM. Vozes esclarecidas defenderam o caminho da prudência, mas a propaganda dos “europeístas” venceu a razão. Os governos de Cavaco Silva e António Guterres, e presidentes do Banco de Portugal como Vítor Constâncio, estão entre os grandes responsáveis por uma adesão ao “pelotão da frente” do euro. Vozes esclarecidas e de diferentes quadrantes políticos foram abafadas, como foi o caso de Joaquim Miranda da Silva, João Ferreira do Amaral, Vasco D’Orey, entre outros. Várias questões se colocavam. Uma prendia-se com a capacidade de Portugal, no quadro da zona euro, ser capaz, ou não, de combater o traço mais permanente da economia portuguesa: o saldo negativo na balança comercial. Entre 1974 e 1995, ainda com o escudo, o défice comercial foi em média de 9,1% do PIB. Contudo, o desafio dramático que se colocava a Portugal residia não tanto no défice comercial, mas sim em saber se, com a entrada no euro, o país encontraria alternativas aos mecanismos automáticos que permitiam estabilizar a balança de transações correntes, evitando, assim a acumulação de dívida externa. Ora esses mecanismos eram apenas dois: a soberania monetária e cambial (emissão monetária e capacidade de desvalorização da moeda em relação às moedas estrangeiras); as remessas dos emigrantes (que caíram de 9% do PIB para 1,4%, em 2010).² **A realidade mostrou que não foi tanto a dívida pública, mas mais a dívida externa que comprometeria Portugal, dada as injustas regras da UEM, a submeter-se a um duríssimo programa de austeridade entre 2011 e 2014, imposto sobretudo pela pressão hegemónica da Alemanha.**

Quando Portugal mais precisava de um governo capaz de lutar pelo interesse nacional, denunciando a necessidade de reformas na zona euro (que viriam a ser parcialmente aplicadas, no que respeita à gestão do Banco Central Europeu (BCE), por Mario Draghi), assistimos à capitulação do primeiro-ministro Passos Coelho. Na grande tempestade da austeridade que nos foi imposta, ele não conseguiu ou não quis perceber que o problema não estava na dívida, mas na arquitetura do euro, que precisaria de ser revista e reformada. Em vez disso, Passos Coelho quis ir “além da *troika*”, validando a narrativa forjada nos centros financeiros para passar o ónus dos seus erros para os contribuintes europeus.

O euro revelou-se dramático para a procura de convergência real visada por Portugal. Entre 1986 e 1992, a economia portuguesa deu um salto gigantesco de 15 pontos percentuais na convergência com um cabaz de 15 economias desenvolvidas da OCDE (ficando a 65%). Um terço deste avanço seria perdido até 2010. Comparando-nos apenas com a média da EU-15, em 1980 estávamos a

2019.

² CABRAL, Ricardo, “The Euro Crisis and Portugal’s Dilemma”, 27-32. CABRAL, Ricardo, “The Euro Crisis and Portugal’s Dilemma”, *Intereconomics: Revue of European Economy Policy*, Berlin, Springer, vol. 48, 2013, 1, pp. 27-32. URL: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10272-013-0441-3>

55,9% da média, chegámos a atingir 72,6%. Para voltarmos a cair para 68,4% com a crise iniciada em 2008³.

No rescaldo da troika as deficiências do euro, em vez de corrigidas foram cristalizadas em novos institutos e tratados. A deriva para o intergovernamentalismo (e a conseqüente lei do mais forte...) ficou bem patente no Tratado Orçamental (2012) e no Tratado que institui o Mecanismo Europeu de Estabilidade (2012). A zona euro é hoje um sistema assimétrico e hierárquico. Ele condena países como Portugal a uma estagnação perpétua. Em vez de um sistema de transferências orçamentais entre regiões europeias mais prósperas para regiões mais deprimidas, Portugal acaba por ser um verdadeiro contribuinte líquido para o exterior, dentro e fora da zona euro. O que aconteceu com a venda a preços de saldo de estratégicas empresas públicas nacionais a compradores estrangeiros no período da troika (EDP, REN, GALP, CTT, ANA...) fica como um testemunho dos resultados de uma decisão política incompetente e trágica, pela qual ninguém se sente responsável.

Podemos concluir que o modelo socialista, apontado como finalidade na versão inicial da CRP, deu lugar a uma descontraída adesão à dura disciplina dos mercados, com os custos e injustiças sociais inerentes, sem que nos partidos políticos exista outra atitude do que a de uma resignação benevolente.

A maldição de Unamuno: a vassalagem de Portugal

Peço ao leitor que se concentre no tempo que estamos a viver. Como foi possível que todos os governos portugueses nos tenham conduzido à horrenda condição em que nos encontramos hoje? Desde o início da criminoso agressão dos EUA e de Israel ao Irão, Portugal, ao contrário de Espanha e alguns outros países europeus, abdicou de qualquer respeito por si próprio, permitindo que todo o território nacional, em especial a base das Lajes, seja utilizado pelo exército de Trump para praticar crimes de guerra contra a população civil iraniana, destruindo escolas, hospitais, monumentos históricos, instalações de produção de água potável! Ou ainda como se explica que o governo de Portugal seja cúmplice com o genocídio levado a cabo há mais de dois anos pelo governo de Netanyahu na Palestina, além de massacres no Líbano e assassinatos por toda a parte?

Na nossa Lei Fundamental, o artigo 7.º n.º 2 reza assim: “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, **a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva**, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”.

A ocasião para cumprir a CRP deveria ter ocorrido em 1990, quando Gorbachev estendeu um ramo de oliveira ao Ocidente. O Pacto de Varsóvia foi dissolvido. Os EUA, secundados pela Alemanha que procurava a reunificação, prometeram à Rússia o não alargamento da NATO para lá das fronteiras de 1990. Infelizmente, não só a Rússia foi enganada, como a NATO se expandiu

³ AMARAL, Luciano, *Economia Portuguesa, As Últimas Décadas*, Lisboa, FFMS, 2010, p. 13.

sucessivamente, sem encontrar outro lugar para Moscovo do que o de servir como inimigo útil. **A atual guerra (quase) aberta entre a Rússia e o Ocidente, através do proxy ucraniano tem raízes com mais de trinta anos.**

Portugal, contudo, seguiu com fidelidade canina a política imperial e expansionista dos EUA, ao ponto de o próprio projeto europeu ter sido capturado pela NATO. **Hoje, o futuro da UE consiste na preparação de uma guerra geral da UE com a Rússia. A maldição de Unamuno, que considerava ser Portugal um “país de suicidas” parece ter-se estendido à UE: Os políticos venais que campeiam na Europa parecem querer exterminar os seus povos!**

Passemos em rápida revista a conduta de Portugal em matéria de política internacional e de relações internacionais:

- O governo de António Guterres apoiou o bombardeamento da NATO à Sérvia e Montenegro. A operação militar durou 78 dias (entre 24 de março a 10 de junho de 1999). A NATO agiu sem mandato das NNUU. Sem este gesto, seria quase impossível que os EUA tivessem dado luz verde à ascensão de António Guterres ao lugar de SG das NNUU. Deve salientar-se a digna condenação desse ataque por parte de Freitas do Amaral, que fora SG da 50.ª AG das NNUU em 1995-1996⁴.
- Em março de 2003, na Cimeira das Lajes, Durão Barroso foi o anfitrião do conclave que preparou a agressão ao Iraque, baseada em mentiras. A recompensa surgiria no ano seguinte, com a presidência da Comissão Europeia
- Em agosto de 2008, o governo de José Sócrates condenou a Rússia pela sua vitória sobre o exército georgiano. Mais tarde, a própria UE reconheceria que a guerra fora iniciada pelo exército da Geórgia.
- Em 2011, o governo de José Sócrates apoiou a agressão da NATO contra o governo líbio de Gaddafi. Desse ataque resultaria o assassinato desse líder e a destruição do Estado mais próspero de continente africano.
- Em 2012, o governo de Passos Coelho apoiou a campanha americana e de vários países da NATO para derrubar do regime de Bashar al-Assad na Síria. Hoje a Síria é governada por um reconhecido ex-líder da Al.Qaeda, Abu Mohammed al-Jolani.
- Em fevereiro de 2014, o governo de Passos Coelho apoiou o derrube violento do governo legítimo de Viktor Yanukovich na Ucrânia. Hoje é inegável que se tratou de uma ação subversiva organizada pelos EUA, sob presidência Obama. Daqui, resultaria a marcha para a anexação da Crimeia pela Rússia, a guerra civil ucraniana, e a guerra russo-ucraniana⁵.
- Em fevereiro de 2022, o governo português alinhou com o apoio militar ao regime ucraniano, na luta contra a Rússia, apesar da Ucrânia não integrar a NATO, não estando, por isso, ao abrigo do artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte. Ao longo do tempo, o primeiro-ministro António Costa foi

⁴ FREITAS DO AMARAL, Diogo, “O 50.º Aniversário da NATO”, *Visão*, 29 de abril de 1999, p. 162.

⁵ Este é o estudo académico definitivo sobre as ações terroristas que derrubaram o governo legítimo da Ucrânia, em fevereiro de 2014, através da insurreição na Praça Maidan, em Kiev: Ivan Katchanovski, *The Maidan Massacre in Ukraine. The Mass Killing that Changed the World*, Cham, Palgrave Macmillan, 2024. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-67121-0>

aumentado o tom da sua russofobia, chegando a afirmar que o objetivo da NATO deveria ser a de infligir “uma derrota estratégica à Rússia”. A recompensa chegaria com o cargo de Presidente do Conselho Europeu, embora a saída de Costa para Bruxelas tenha precipitado uma inédita queda de um governo de maioria absoluta, e uma longa crise política consequente.

Conclusão

Assisti à cerimónia comemorativa do meio século de CRP na Assembleia da República. Descontando a algazarra de um partido de gente mal-educada, a parte séria da cerimónia causou-me uma profunda impressão. Nenhum dos oradores parece ter percebido que o Portugal de 2026 é um país que vive, por culpa das suas lideranças, em regime de “soberania limitada”, para recordar uma expressão do tempo da Guerra-Fria. Findo o ciclo imperial de 559 anos, Portugal não foi capaz de regressar à Europa como um lugar de cooperação, mas também de luta pelo nosso interesse nacional. Somos duplamente colonizados, e isso sem um protesto. **Os nossos atores políticos satisfazem-se com o pequeno quintal que lhes resta, deixando as questões existenciais da sobrevivência económica e da paz ou da guerra para os escritórios de Bruxelas e Washington.**

Não sei se sobreviveremos, ou não, a uma grande guerra, cada vez mais provável no horizonte. Mas mesmo que Portugal e os portugueses sobrevivam fisicamente, **a verdade é que moralmente somos hoje um povo menor, diminuído na alma, ao ponto de não sentirmos dor e vergonha por não termos estado à altura da promessa de liberdade consagrada na Constituição nascida da Revolução de Abril.**

Viriato Soromenho-Marques

Fontes: Ensaio publicado no blogue *Azorean Torpor* em 6 de abril de 2026 e posteriormente em quatro fascículos no *Diário Insular*, na Ilha Terceira, Açores, entre 9 e 12 de abril de 2026.